



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

Casa Napoleão Laureano

Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa

PARECER

**PROJETO DE LEI N° 85/2021. CRIA O
"PROGRAMA DE ENFRENTAMENTO À
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA
PRIMEIRA INFÂNCIA" VISANDO À
CONSCIENTIZAÇÃO DE CRIANÇAS.**

I – RELATÓRIO

Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa–CCJRLP recebe para exame e emissão de parecer, o Projeto de Lei nº 85/2021, de autoria do Vereador Zezinho do Botafogo, que "Cria o Programa de Enfrentamento à violência contra a mulher na primeira infância" visando a conscientização de crianças.

É o breve Relatório. Passe-se a opinar.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Trata-se de Projeto de Lei nº 85/2021, de autoria do Vereador Zezinho do Botafogo.

O projeto de lei dispõe sobre a criação do Programa de enfrentamento à violência contra a mulher na primeira infância visando a conscientização de crianças.

Inicialmente, observa-se que o projeto está de acordo com o artigo 30, I, da Constituição Federal e artigo 5, I, da lei orgânica de João Pessoa, que trata da competência legislativa dos Municípios:

*"Artigo 5º - Ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem - estar de sua população, cabendo-lhe privadamente, dentre outras, as seguintes atribuições:
I - legislar sobre assuntos de interesse local;
(...)"*

Percebe-se que o inciso I, do artigo 5, da Lei Orgânica Municipal indica que a competência legislativa municipal abrange assuntos de interesse local. Segundo Dirley da



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

Casa Napoleão Laureano

Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa

cunha Júnior, entende-se, por interesse local "não aquele interesse exclusivo do Município, mas seu interesse predominante, que o afete de modo direto.

Por sua vez, compulsando atentamente o texto da Carta Magna, notadamente, no seu artigo 30, inciso I e XXXIX, que trata da competência dos Municípios, se denota de forma clarividente, que é garantido ao Município:

"Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

(...)

XXXIX - promover os seguintes serviços:

a) mercados, feiras e matadouros;

b) construção e conservação de estradas e caminhos municipais;

c) transportes coletivos municipais;

d) iluminação pública;

e) serviços básicos de saúde pública e de medicina social;

f) serviços artísticos e culturais;

g) serviços educacionais e de formação profissional;

h) serviços de assistência e de promoção social;

i) serviços de lazer, recreação e esportes;

j) demais serviços de interesse público de competência municipal nos termos da Constituição Federal

(...)

Prosseguindo com a análise, a propositura versa sobre serviços públicos, especificamente sobre o serviço de educação às crianças. No mérito, o objetivo do projeto é estimular nas crianças, em linguagens e meios apropriados à idade, que a violência contra a mulher deve ser combatida.

As crianças pertencem a uma classe de sujeitos especiais, assim como os idosos e as pessoas portadoras de necessidades especiais, aos quais o ordenamento jurídico determina seja dada proteção especial. Exatamente neste sentido dispõem o art. 227, da Constituição Federal.

Destaque-se, ainda, que a Constituição Federal, em seu art. 211, § 2º, estabelece que os Municípios devem atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil, o



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
Casa Napoleão Laureano

Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa

que reafirma a importância do bem jurídico que se pretende tutelar com a propositura em análise.

Em suma, verifica-se a constitucionalidade do projeto de lei.

III – CONCLUSÃO

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 85/2021.

Logo, o **PARECER É FAVORÁVEL A CONSTITUCIONALIDADE** do Projeto de Lei de nº 85/ 2021.

É o parecer, salvo melhor juízo.

João Pessoa, PB, 07 de junho de 2021.


THIAGO LUCENA
Vereador – PRTB



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

Casa Napoleão Laureano

Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa

IV - Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, opinou pelo **PARECER FAVORÁVEL** do Projeto de Lei Ordinária nº 85/2021, em conformidade com o parecer do relator.

Salas das Comissões, 07 de junho de 2021.

Odon Bezerra
Presidente

Tanilson Soares
Vice-Presidente

Bispo José Luiz
Membro

Durval Ferreira
Membro

Carlos Gustavo Gomes
Membro

Tarcísio Jardim
Membro

Thiago Lucena
Membro